

Receitas, codinome 'Angela'

■ Empreiteira influenciava na decisão oficial

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — A empreiteira Norberto Odebrecht, auxiliada por funcionários do Ministério da Fazenda, manipulava as verbas orçamentárias e influenciava na decisão sobre a distribuição das receitas públicas. Esta foi uma das conclusões dos técnicos da CPI do Orçamento que estão analisando os documentos apreendidos na residência de Aírton Reis, diretor da Norberto Odebrecht em Brasília, e que ainda não foram divulgados pela CPI. O **JORNAL DO BRASIL** teve acesso à ata de uma reunião no final do ano passado, entre representantes da Norberto Odebrecht e de funcionários do Ministério da Fazenda, para tratar da execução do Orçamento de 1993.

“Está configurada uma relação de intimidade entre a empreiteira e funcionários públicos”, comentou um dos integrantes da CPI que analisou

este documento. “As empreiteiras não controlavam apenas a liberação de recursos, mas também discutiam formas de aumentar a receita para garantir o pagamento pelas obras que executam”, acrescentou outro membro da Comissão.

Pela ata, funcionários da Odebrecht tiveram um encontro no final de 92 com assessores do Ministério da Fazenda para debater a reavaliação das receitas orçamentárias. Ao descrever o encontro, o representante da empreiteira observa que a equipe econômica estava subavaliando as receitas e conclui, num tom de crítica, que isto estaria sendo feito dentro de um plano do governo destinado a garantir a isonomia salarial. O contexto em que esta colocação é feita revela que a empreiteira estava contrariada com esta orientação, preferindo que esta diferença, entre a receita subavaliada e a real, fosse utilizada para liberar recursos para obras e temia que poderiam ser contingenciados. Este documento, que ainda está sendo analisado pela CPI, revela que o caráter autorizativo

do Orçamento permite não apenas o uso das verbas públicas para fins políticos, mas também para atender o interesse de empresas que executam serviços e obras para o governo.

“É muito estranho uma empresa reunir-se com funcionários públicos para tratar da reavaliação de receitas orçamentárias”, comentou um integrante da CPI. De acordo com este documento, a empresa teria acesso aos dados de um programa, chamado *Angela*, do Ministério da Fazenda, que faz um acompanhamento detalhado de todas as receitas públicas auferidas e que permite fazer projeções sobre receitas futuras. Com estas informações, segundo o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), seria possível a integrantes do governo adotar “um sistema de compressão de receitas, gerando uma disponibilidade e que seria generosamente distribuída segundo critérios políticos”. De acordo com este documento, servidores, associados a empresas, fariam *lobby* pela liberação de algumas verbas, em detrimento de outros projetos do governo.